



MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: RESPEITO OU VIOLÊNCIA?

**Leila Aparecida da Silva*

** Nilma Moura Carrera*

** Thaís Fabiane*

** Nilva Maria de Souza*

***Agnaldo Kupper*

RESUMO

O epicentro das mudanças mundiais é duplo: mudou não apenas a economia, o avanço da informática, o desenvolvimento das telecomunicações e a globalização, mas também a condição da mulher, que deixou a sua condição de submissa do mundo antigo e medieval.

Mas algumas considerações devem ser feitas como reflexão, como forma de retirar alguns “entulhos” que ainda insistem em deixar traumas, estigmas e preconceitos sobre a questão de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Condição da Mulher; Gênero; Preconceitos.

ABSTRACT

The center (core) of world changes is double. It happens not only in the economy, the advances in the information era, the development of telecommunications and the globalization, but also in the condition of woman, who left their submissive position in the medieval and ancient world.

However, some considerations should be made as a way of reflection, as a way removing some debris which insist on leaving traumas, stigmas and pre-conceptions on the question of gender.

KEY-WORDS: Condition of Woman; Gender; Pre-Concepts.

* Acadêmica do 3º Ano do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

** Docente do Centro Universitário Filadélfia.

Mestre em História Social.

Escritor.

INTRODUÇÃO

O espaço doméstico hoje está rompido. Neste rompimento as mulheres ganharam o mercado de trabalho, passaram a casar mais de um vez, fizeram carreira, foram descobrindo que filhos devem vir quando houver segurança para tal.

Hoje possuem como meta buscar carinho, respeito, trabalho e família. Não esperam, realizam. Ocupam prefeituras. Fazem papéis que eram basicamente de homens. Não são mais ex-moças destinadas ao casamento. Defendem direitos.

Mas a mulher deseja mais. E deve! Quer um lugar seguro, livre de violência; quer andar nas ruas sem ser molestada; quer pensar mais e mais em seu corpo, vendo-o respeitado.

Mas a luta, há muito dura, promete continuar sendo árdua. Basta observarmos o que nos cerca: as mulheres ainda não têm acesso às mesmas oportunidades profissionais que os homens; no plano político, apesar de formarem maioria no Brasil, ainda são pouco representadas na Câmara Federal e no Senado; os estereótipos ainda mantêm o homem como sujeito e a mulher como objeto. Questão de gênero.

As contradições entre os gêneros são antigas. Houve um tempo em que o homem sentia inveja da mulher por esta gerar diretamente a vida. Houve um tempo em que a mulher passou a ser considerada “uma coisa” (rês). Houve um tempo em que a mulher passou a ser símbolo da prostituta e do pecado.

Mas os tempos são outros. Alguns preconceitos são mantidos e dificultam a luta pela abolição das diferenças sexuais, que não são típicas de países subdesenvolvidos. Muito ao contrário.

As idéias do sexo dominante ainda são idéias das classes dominantes. Que sejam abolidas, sem que uma luta preceda à seguinte, as relações de dominação de classe e sexo (GOPELIER, 1980).

LUTA ANTIGA

Em 1853, a educadora Nísia Floresta afirmou em pleno Brasil Imperial: “ (...) enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!”

Desde então o difícil caminho de luta passou a ser percorrido.

A partir da Década de 70 do Século XX, o movimento pela igualdade dos direitos das mulheres intensificou-se no país, transcorrendo o caminho paralelo da luta pela redemocratização. Na Década de 80, com a abertura democrática, foram criados, em alguns Estados brasileiros, Conselhos Femininos, Delegacias e Coordenadorias Regionais da Mulher. Como resultado dessa luta, a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Artigo 5º, Inciso I).

Ainda pela Constituição em vigor, foi obtida licença maternidade de 120 dias. Politicamente, garantiu-se o mínimo de participação das mulheres nas chapas partidárias que disputam processos eleitorais.

Em 1998, o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa e Direitos da Mulher (CLADEM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher procuraram adequar junto à

Declaração dos Direitos Humanos (1948), as situações contemporâneas vividas pelas mulheres, assegurando e garantindo-lhes todos os direitos que proporcionem cidadania plena.

Em 2000, o Brasil apresentou no 2º Fórum Mundial de Educação, realizado no Senegal, resultados importantes, destacando-se a ascensão das mulheres na Década de 90 do século passado, que superaram, a nível de escolaridade e alfabetização, a população masculina: de 1990 a 1996, a população feminina passou de 4,9 para 6 anos de média escolar, enquanto a masculina avançou de 5,1 para 5,7 anos.

A persistente discriminação salarial, conclui-se, incentivou as mulheres a investir ainda mais no tempo de formação estudantil. Esta maior escolaridade está permitindo às mulheres reduzir de forma lenta, mas contínua, a diferença salarial por razões sexuais, fazendo-as ocupar cargos de destaque no mercado de trabalho.

ESPAÇO DA MULHER NO PARANÁ

Segundo o Censo-2000, a população do Estado do Paraná é de cerca de 9,5 milhões. Por pequena margem de aproximadamente 100 mil, as mulheres superam em número a população masculina.

A Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNDA), neste mesmo ano 2000, mostrou que, no sul do Brasil, a chefia familiar supera a média nacional, ou seja, 77,6% dos chefes familiares são homens na Região Sul; no Brasil, a média é de 74%. Já a taxa de analfabetismo, que no Brasil é de 13,3% entre as mulheres, no sul é de 8,4%, mas ainda superior, nesta região, ao índice entre os homens, de 7,1%.

Politicamente, as mulheres, ainda representam pouco, mas o avanço, nos últimos anos, é grande no Paraná. Atualmente o Estado conta com 410 vereadoras e 19 prefeitas, numa postura ainda bastante tímida. Isto significa dizer que apenas 5% dos 399 municípios paranaenses tiveram mulheres eleitas para as prefeituras.

No Paraná, a bancada estadual de deputados possui apenas duas mulheres, das cinqüenta e cinco cadeiras da Assembléia Legislativa. Pouco, muito pouco, tendo o quadro sido pouco alterado desde 1996, talvez guardando um ranço conservador de que “política ainda é coisa de homem”.

Na Câmara de Vereadores de Londrina, no entanto, uma grata surpresa: a cidade possuía em 1996 apenas uma vereadora; hoje são três, prova de que iniciativas como os da Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato (criada em 1989 e que tem como objetivo oferecer oportunidades de crescimento social a mulheres e homens neste bairro da Zona Sul da cidade) e da Associação das Mulheres do Patrimônio da Selva (onde mulheres reúnem-se e trabalham, visando a integração, a capacitação e a venda de peças artesanais que produzem) trazem a consciência de que a participação feminina na vida social e política é de fundamental importância.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM LONDRINA

Fechado o Século XX, fechado o século das maiores conquistas das mulheres.

Nos primeiros decênios, a luta foi pelo voto. Conquistado o direito, a luta voltou-se para a ocupação dos espaços profissionais públicos e privados, até então reservados para



os homens. A partir desta “Segunda onda feminista”, como se tem normalmente intitulado, a mulher tem obtido uma transformação das relações sociais de forma extraordinária, seja na distribuição de renda, nas relações de trabalho e nas relações sociais como um todo. A família patriarcal perde terreno, as relações familiares ganham novas posturas, o homem passa a adequar-se aos novos papéis que, com normalidade, passou a ocupar.

Mas nem tudo evoluiu e evoluiu uniformemente. Mulheres ainda são mutiladas para consecução do prazer sexual, ainda são proibidas de trabalhar fora de casa, não podem sentar-se sozinhas em locais públicos e ainda são agredidas. As primeiras citações não fazem parte do nosso contexto nacional. No caso das agressões, sim.

Estima-se que no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher seja espancada. Estima-se, também, que apenas um terço das agredidas denunciem a agressão.

Em Londrina, o Centro de Atendimento à Mulher, mantido pela Prefeitura Municipal, ainda atende, segundo o próprio órgão, cerca de 35 casos por mês de violência contra a mulher, sendo pouco mais da metade de caráter emocional e, em média, 40% dos casos de violência física (CAM, 2000). Pior, 63% das agressões contra a mulher ocorrem dentro da própria família, atingindo todas as classes sociais, mesmo as mais elevadas, que não denunciam agressões por temor de escândalos.

Como violência física entende-se a agressão propriamente dita. Como emocional, destaca-se a crítica ao corpo, ao desempenho sexual e as relações sexuais extracasamento. Há ainda a violência sexual (quando obriga-se a mulher a ter relações sexuais forçadas – no caso de Londrina, segundo o CAM, 2,55% dos casos) e a violência social, quando o chefe, companheiro de trabalho ou outra pessoa, paga à mulher um salário menor, obrigando-a até a provar não estar grávida para conseguir um emprego, entre outros. Neste último caso, o CAM registrou um índice de 0,54% dos casos em 1999.

Só em 1999, foram 1.795 casos registrados de violência contra a mulher em Londrina, sendo 521 destes, novos. Já a Delegacia da Mulher, no mesmo período, registrou 1.884 casos (Secretária da Mulher, 1999) sendo 42,3% destes com lesão corporal. No Instituto Médico Legal, no mesmo ano de 1999, foram 963 atendimentos, com 78,02% destes de agressão física.

A agressão torna-se mais grave quando contra a mulher idosa, em especial a violência psicológica.

De qualquer forma, entre adolescentes, adultos e idosos, o Centro de Atendimento à Mulher de Londrina alcança média de 50 casos de violência física, emocional, sexual e social por mês. São mulheres que atingiram todos os limites, psicológicos e físicos, que muitas vezes necessitam de apoio jurídico ou apoio para recuperação da auto-estima. Por vezes, nem podem voltar para casa. Pior: segundo a Secretaria da Mulher de Londrina (1999), em 76% dos casos o agressor é uma pessoa com quem a agredida mantém ou manteve relações de afeto.

**QUADRO-1 - CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER**

TOTAL DE ATENDIMENTOS.....	1.975
NOVOS CASOS.....	521
VIOLÊNCIA FÍSICA.....	28,98%
VIOLÊNCIA EMOCIONAL.....	66,02%
VIOLÊNCIA SEXUAL.....	2,83%
VIOLÊNCIA SOCIAL.....	0,77%
OUTROS.....	1,35%

(Fonte: Relatório Anual de Novos Casos do Centro de Atendimento à Mulher – CAM)

QUADRO-2 – NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA

ANO	NÚMERO DE BOLETINS	ANO	NÚMERO DE BOLETINS
1986	411	1993	1.344
1987	2.402	1994	2.071
1988	1.928	1995	1.672
1989	2.145	1996	1.149
1990	1.326	1997	1.296
1991	1.200	1998	1.715
1992	1.484	1999	1.884

(Fonte: Delegacia da Mulher – 2000)

QUADRO-3 – DELEGACIA DA MULHER

BOLETINS DE OCORRÊNCIA.....	1.884
LESÃO CORPORAL.....	42,3%
AMEAÇA.....	40,7%
SEDUÇÃO.....	0,64%
ESTUPRO.....	1%
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	0,64%
OUTROS.....	14,7%

(Fonte: Dados Estatísticos dos Registros da Delegacia da Mulher de Londrina – 2000)

QUADRO-4 – INSTITUTO MÉDICO LEGAL

TOTAL DE ATENDIMENTOS.....	963
AGRESSÃO FÍSICA.....	78,02%
ESTUPRO.....	6,6%
ATO LIBIDINOSO.....	2,5%
HOMICÍDIO.....	0,41%
OUTROS.....	12%

(Fonte: Dados Estatísticos dos Registros do Instituto Médico Legal – IML – Londrina – 2000)

CONCLUSÕES

O jornalista Paulo Francis, já falecido, em um artigo, chegou a classificar as mulheres de “*patetas do capitalismo*”, isto porque, argumentava Francis, “*elas adquiriram o direito de trabalhar fora e dentro de casa*”.

Talvez Francis tenha exagerado. Os tempos hoje são de retirada de máscaras, busca de caminhos. Decepcionando-se ou não no mercado de trabalho, decepcionando-se ou não nas expectativas, a mulher não pode conviver com a violência.

Apesar dos avanços, certas barreiras ainda inibem, encolhem, dificultam o acesso a uma sociedade justa. Algumas questões, como as aqui tratadas, merecem uma conscientização satisfatória.

A violência praticada contra a mulher é covarde, por julgá-la inferior e de propriedade masculina. Apesar da humanidade adentrar o Século XXI com inúmeras conquistas, ainda mantém ranços primitivos de violência física e moral sobre a mulher. Não é possível a admissão destas diferenças. Como não é admissível a impunidade.

O melhor canal: a informação, a denúncia e, claro, a própria conscientização, inclusive de quem está sendo marginalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GODELIER, Maurice. **As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro, 1980, p. 9-29.
Folha de Londrina Especial – Folha Mulher (08/03/2001).
Folha de São Paulo – Folha Equilíbrio (suplemento), (08/03/2001).
PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
Relatório da Delegacia da Mulher de Londrina, 1999.
Relatório do Instituto Médico Legal (IML, Londrina; 1999).
STUDART, Heloneida. **Mulher: objeto de cama e mesa.** Petrópolis: Vozes, 1974.
VARRIÈRE, Jacques. **As políticas de população.** São Paulo: DIFEL, 1980.